

CONFERÊNCIA

D. DENIS E A RECONQUISTA (1279-1325) (*).

Entre as palestras organizadas pela Casa de Portugal em homenagem a D. Denis, por ocasião do VII centenário de seu nascimento, coube-nos o tema: D. Denis e a Reconquista. Aparentemente o assunto proposto é paradoxal porque a Reconquista em Portugal termina territorialmente com D. Afonso III, precisamente o pai de D. Denis. Então, como poderíamos abordar o tema proposto se êsse grande acontecimento da Idade Média Ibérica já tinha terminado em Portugal? Vamos mostrar, entretanto, que o assunto proposto tem a sua razão de ser, porque D. Denis vai preparar a expansão de Portugal fora da Península, rumo à África, em perseguição ao Infiel, propiciando assim a continuação dêsse grande movimento de expansão da Cristandade Ocidental.

*

* * *

I. — A RECONQUISTA.

Não vamos aqui narrar minuciosamente a conquista da Espanha visigótica pelos muçulmanos no século VII, nem é êsse o nosso assunto. Devemos, entretanto, esboçar os principais acontecimentos da Reconquista cristã para podermos abordar com segurança o nosso tema.

A Reconquista começa tradicionalmente com Pelaio em Covadonga, marco da contenção da expansão islâmica e duma nova era para a Península Ibérica. Não vamos também falar do

(*) — Palestra proferida no salão nobre da Casa de Portugal em 20 de novembro de 1961 (Nota da Redação).

aparecimento do reino das Astúrias e mais tarde dos de Oviedo e Leão. No século XI surge Navarra e no século XI, com a morte de Sancho III, temos os seus filhos e herdeiros assim distribuídos: Garcia ficou com Navarra, Ramiro com Aragão e Fernando I com Castela e Leão. Êsses reinos se formaram à ponta de espada e lanças, diminuindo consideravelmente o território sob o domínio muçulmano.

O Califado de Córdoba também se enfraqueceu, possibilitando novas ofensivas cristãs, pois logo é dissolvido e dividido em pequenos estados. Impotentes, os mouros chamam em seu socorro os almorávidas, que tinham fundado um imenso império na África do Norte. As conseqüências desse apêlo são imediatas: nova invasão moura e derrota de D. Afonso VI em Zálaca. Foi uma grande perda para a Cristandade, quase tudo teve de ser recommçado.

Afonso VI prega então uma verdadeira cruzada contra o Islão e inúmeros cavaleiros franceses vem se alistar nas suas hostes. Entre êles destacamos dois primos borgonheses: o conde Raimundo que se casa com a Infanta D. Urraca e D. Henrique que se consorcia com D. Tareja, recebendo esta de dote um território que se chamou Condado Portucalense. Assim nasceu Portugal. Não vamos entrar aqui em minúcias, mas apenas ressaltar o que fôr de interêsse para o nosso tema.

O conde D. Henrique procura alargar os seus domínios e ganhar autonomia, chocando-se por isso com sua cunhada D. Urraca. Em conseqüência dessas lutas dinásticas os mouros conseguem retomar muitas praças e entre elas Sintra, Lisboa e Santarém. A luta dinástica continua e os mouros conseguem devastar Coimbra em 1117.

Com Afonso Henriques começa a existir constante ameaça a Portugal: mouros e castelhanos. Vence êle os mouros em Ourique (25 de outubro de 1139) firmando assim a posição do novo estado. Com a Paz de Samora estabelece boas relações com Castela. Em 1147, partindo de Coimbra, consegue tomar Santarém. Depois, com o auxílio de cruzados — principalmente inglêses — que rumavam para a Terra Santa, cerca e toma Lisboa em outubro de 1147. Toma de assalto Évora e Beja em 1159.

Sancho I, o Pacificador, invade a Andaluzia e chega até Sevilha e depois a Silves, que posteriormente foi libertada pelos almóadas, vindos da África em socorro de seus irmãos de f^s (3 de setembro de 1189).

Com Afonso II temos o reinício da Reconquista. Correu êle em socôrro de seu sogro, Afonso VIII de Castela, e contribuiu assim muito para o sucesso da batalha de Navas de Tolosa (1212) que foi a réplica cristã à dolorosa derrota de Zálaca. Afonso II chegou também a Alcácer do Sal.

Sancho II continua a Reconquista e toma Elvas e Juromenha em 1229, Moura e Serpe em 1232 e Aljustel em 1234, além de Mértolo e Tavira. E' sucedido pelo irmão d. Afonso III, que se apodera do Algarve em março de 1249, ocupando Santa Maria de Faro, Albufeira, Perches, etc. Desde então os reis lusitanos se intitulam: "reis de Portugal e Algarves".

A conquista territorial está praticamente terminada, graças ao valor do soldado lusitano e a férrea direção de seus chefes, mas devemos ressaltar, por ser de justiça, a contribuição dos cruzados que passavam por Portugal e nunca recusavam uma espaldeirada no Infiel. Contribuíram ainda muito mais os monges das Ordens Militares que formavam muitas vêzes o cerne dos exércitos cristãos em luta contra os muçulmanos.

II. — O REINADO DE D. DENIS (1279-1325).

Foi D. Denis que sustou a Reconquista territorial. Achou necessário, e com tôda razão, que Portugal devia primeiramente reaparelhar-se para depois buscar novas expansões, já que seus antecessores se tinham preocupado em demasia com o problema militar, em detrimento da organização interna. E' êle que dará bases sólidas à futura expansão da dinastia de Aviz.

D. Denis passou à História com o cognome de "O Lavrador" e de fato mereceu êsse apelido, pois fêz uma política de povoamento do solo, pois com a Reconquista muitos lugares ficaram completamente abandonados e improdutivos. El-Rei incentivou a transformação dos ermos em pomares, jardins e hortas e ordenou também que se metesse a charrua onde isso fôsse possível.

El-Rei teve também uma política de valorização do solo. Proibiu êle a acumulação da terra em mãos de poucos, combatendo principalmente as terras da Igreja que não pagavam impostos (**mão morta**), desapropriando muitas delas, de tal maneira que fêz uma verdadeira reforma agrária, distribuindo terras pelos casais de lavradores, ou forçando a divisão das grandes propriedades improdutivas para o aumento da percepção do impôsto. Foi além ainda, pois não permitiu que a

Igreja adquirisse novos bens de raiz e mandou vender as propriedades que a mesma tinha adquirido desde o seu advento.

D. Denis procurou combater nos fidalgos o preconceito de que o lavradio das terras envilecia. Proibiu também a manutenção de coutadas, que significavam terras inaproveitadas para a agricultura. Além disso, ordenou que as partes incultas das herdades devessem ser lavradas para o seu melhor aproveitamento. Onde não medrasse cereais que se plantasse a vinha e a oliveira.

Mas o monarca não ficou apenas nas diretivas, êle próprio contribuiu para a sua política de fomento: mandou drenar o paul de Ulmar, perto de Leiria, e ordenou o secamento dos pântanos de Salvaterra de Magos, Muge e Valada. Mandou plantar os famosos pinheirais de Leiria, que além de deter o avanço das dunas, mais tarde teve sua madeira aproveitada nas construções navais. Incrementou êle ainda as lavras das minas de prata, enxofre, estanho, ferro, azougue e pedras preciosas, importando metais que escasseavam no Reino.

Iniciou o rei ainda a famosa Rua Nova em Lisboa, que todos os lisboetas conhecem, a mais importante e rica via de comércio em Portugal, pois aí se foi concentrando pouco a pouco o grosso do comércio lusitano. Manifestou grande interêsse pelas feiras, que são anteriores ao seu reinado, mas que tiveram nele um grande incentivador. Regulamentou-as e procurou fundar outras novas, onde os lavradores pudessem obter melhores preços pelos seus produtos (feiras francas), principalmente cereais, frutas, azeite, vinho, gado, etc. Chegou a isentar essas feiras de impostos para que pudessem ter melhor rendimento. A mais famosa das feiras francas foi a da Tôrre de Moncorvo, que tinha a duração de um mês e o privilégio de não ter penhoras de bens 8 dias antes e 8 dias depois, por dívida contraída na mesma.

D. Denis povoa o pôrto e a terra. A preocupação do rei é a defesa da população das tropelias dos corsários oriundos de Granada e da África que infestavam o litoral. Na sua política externa as questões navais adquirem grande importância.

Para treinar tripulações incrementa a pesca — sobretudo da baleia e do atum — que ainda hoje representa um grande papel na economia portuguesa. Os habitantes do litoral são compelidos a entregar-se a êsse mister de pescadores e o rei obteve de Eduardo III licença de pesca nas costas da Inglaterra. Constituiu uma bôlsa em Flandres de 100 marcos de pra-

ta para fazer face às despesas com pleitos judiciais, apresamentos, embargos, naufrágios. Desta maneira D. Denis incrementou sobremaneira o comércio português com os catalães, biscainhos, flamengos, bretões, genoveses e firma com a Inglaterra um tratado de comércio em 1308.

O monarca estava convicto de que o futuro de Portugal estava no mar, daí o impulso que deu à marinha, tanto mercante como de guerra. Procurou pessoal habilitado para comandar as suas tripulações, e para substituir o almirante-mor Nuno Fernandes Cogominho, contratou Manuel Peçagno ou Peçanha que com uma verdadeira missão náutica composta de 20 pilotos genoveses como êle, veio em 1317 dirigir a frota lusitana. Como não lhe era mais possível combater o mouro em terra, pois teria que entrar em terras de Castela, é pelo mar que êle poderia continuar a hostilizar o inimigo da fé cristã. Peçanha aportuguesa-se e durante muito tempo êle e seus descendentes foram os almirantes de Portugal.

D. Denis preocupou-se também com a cultura. A classe eclesiástica ensinava até então nas escolas anexas às catedrais e abadias e isso não satisfazia às necessidades do Reino. Portugal precisava de maior quantidade de letrados e por isso os interessados endereçaram a El-rei uma petição em que se solicitava a criação de “Estudos Gerais” no Reino (12 de novembro de 1288). Por um diploma datado de 1 de março de 1290 foi efetivada a medida pleiteada e a bula de Nicolau V, de 6 de agosto de 1290, confirmou a “Universidade dos Mestres e Escolares de Lisboa”. Em 1308 foi ela transferida para Coimbra, mas em 1537 voltou de novo para Lisboa até que na época de D. João III fixou-se definitivamente nas margens do Mondego. Nessa Universidade ensinava-se direito canônico, direito civil, medicina, dialética e gramática.

Em 1312, com a extinção da Ordem dos Templários pelo papa Clemente V, que já em 1308 ordenara a prisão dos monges e o respectivo processo, D. Denis incorporou os bens da Ordem à Corôa e agradecido pelo muito que êles tinham feito na Reconquista, conseguiu do papa Leão XXII a criação duma nova Ordem — a Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo — com sede em Castro-Marim, no Algarve, em face do mouro, mas já visando provavelmente a expansão pela África a dentro. Mais tarde a sede foi transferida para Tomar, sem que se deixasse de interessar pelo combate à moirama na época das Descobertas. A nova Ordem recebeu os bens dos Templá-

rios e muitos dos seus freis se transferiram para ela para prestar novos serviços.

III. — AS RAZÕES APARENTES DA PARALISAÇÃO DA RECONQUISTA.

Esse é o ponto crucial da nossa palestra de hoje. Por que a Reconquista deteve-se no reinado de D. Denis? A essa pergunta tem-se dado diversas respostas. As explicações mais usuais do acontecimento são as seguintes:

1. — A conquista do Algarve.

Com a conquista do Algarve e sua incorporação diplomática, mercê de negociações com Castela (Afonso X, avô de D. Denis que “herdava” a região) a Reconquista estava geograficamente completa quando se atingiu o mar em Silves, frente ao golfo de Gibraltar — para além era a África. Também a expansão na Extremadura, em direção a Gibraltar, estava bloqueada porque a região estava na zona de expansão castelhana.

2. — As lutas de família.

As lutas de família teriam paralisado D. Denis que teve de disciplinar os membros de sua própria família, às vezes coniventes com os interesses castelhanos.

Primeiramente o irmão, o Infante D. Afonso que por duas vezes, no comêço do reinado e em 1229, reclamou o trono, com provável apôio castelhano, alegando ser D. Denis filho bastardo.

Com o filho — o Infante D. Afonso (futuro Afonso IV) — por várias vezes teve conflitos, como se pode verificar nos cronistas, por exemplo em Rui de Pina. As razões de atrito seriam:

a) O Infante tinha ciúmes do irmão bastardo Afonso-Sanchez, poderoso camareiro-mor do rei, que tinha especial afeto por êsse filho, poeta como êle; temia o rebelde que o pai o fizesse seu herdeiro e lhe entregasse o govêrno;

b) D. Afonso nutria grande ambição para reinar, estava realmente impaciente, pois o reinado do pai era longo, chegan-

do mesmo — com a cumplicidade da sogra castelhana, a Rainha-regente Maria de Molina — a exigir que D. Denis lhe entregasse o govêrno;

c) O Infante tinha também outra grande ambição: a de aumentar os seus próprios domínios e vassallos, à custa da Corôa, pois cada vez que, com a mediação da Rainha, fazia as pazes com o pai, arrancava-lhe terras ou dinheiro. Assim foi que em 1319-1322, na Paz do Castelo de Pombal, obteve Coimbra, Montemor, e os castelos de Gaia, Pôrto e Feira. Em 1323-1324, no fim do reinado de D. Denis, nas tréguas de Santarém, obteve certa quantia em dinheiro.

3. — As lutas contra Castela.

Outros autores afirmam que as lutas com Castela teriam contido D. Denis que, ameaçado pelos cristãos, obrigado a vigiar a fronteira contra o vizinho, se teria exaurido na defensiva, envolvido que foi também pelas querelas dinásticas castelhanas.

No comêço do seu reinado D. Denis auxiliou ao rei Sancho IV contra o futuro Afonso X, seu avô (de quem sua mãe, D. Beatriz, era partidária) com correrias armadas pelo Alentejo e Beira. De D. Sancho obteve êle em pagamento do auxílio prestado a restituição de Moura, Serpa, Noudar e Mourão.

Em 1296, El-Rei D. Denis alia-se a Aragão e faz guerra ofensiva contra Castela, arrancando-lhe Riba-de-Coa. Em 1297, pela Paz de Alcanizes, obtém Olivença, Campo Maior, S. Felizes dos Galegos e Ouguela. Incorpora também Sabugal, Alfaiates, Castel-Rodrigo, Vilar-Maior, Castelo-Bom, Almeida, Castel-Melhor e Monforte.

Em 1298 volta a entrar em Castela de acôrdo com a Rainha-regente, sem resultados, e apóia na Galiza as pretensões do Infante D. João contra o rei (seu genro), pois D. Fernando IV casara-se com sua filha D. Constança.

Até 1309 mantém paz com Castela, ajudando mesmo nesse ano os castelhanos contra Granada. As boas relações entre os dois reinos duram até 1319, quando D. Denis entra novamente em conflito com o próprio filho D. Afonso (IV) apoiado pela Rainha-regente de Castela (avó do reininho Afonso XI, menor) que insufla o genro (o futuro Afonso IV de Portugal) contra D. Denis.

IV. — AS VERDADEIRAS RAZÕES DA PARALISAÇÃO DA RECONQUISTA.

Essas explicações, entretanto, não nos satisfazem inteiramente. Vejamos porque:

1. — A conquista do Algarve.

Realmente, a Reconquista não chegara ao seu fim geográfico com a aquisição do Algarve (conquistado duramente ao mouro e obtido diplomáticamente de Afonso X de Castela por Afonso III, mercê de seu casamento com D. Beatriz, filha de Afonso X e mãe de D. Denis) — pois havia ainda terras muçulmanas em tôrno de Gibraltar e a Reconquista podia saltar para a África, como aliás já sonhara D. Fernando III o Santo, de Castela, e como a vão empreender os reis da dinastia de Aviz, a partir de 1415 com a tomada de Ceuta. Só a conquista do Marrocos podia dar cobertura à Península, contra os corsários berberescos que periódicamente assaltavam o litoral cristão.

Tanto não chegara ao fim a Reconquista para Portugal que, alguns anos depois, o filho de D. Denis, Afonso IV, participa com Afonso XI de Castela da vitoriosa batalha do Salado (1340) contra o rei do Marrocos que viera sitiar Tarifa.

2. — As lutas de família.

Essas lutas também não imobilizaram D. Denis, porque foram de curta duração e não tiveram maior importância ao longo do reinado do monarca.

A luta contra o irmão-pretendente D. Afonso, o Infante de Portalegre, foi apenas no começo do reinado e depois em 1299, mas já em 1300 havia paz entre ambos.

A disputa contra o filho rebelde, o futuro Afonso IV, foi apenas no fim do reinado, por duas vêzes entre 1320 e 1324, morrendo D. Denis em 1325.

Êsses conflitos não chegaram, ao que parece, devastar o Reino, como por exemplo a disputa que opôs D. Sancho II ao irmão Bolonhês que seria Afonso III, ou mesmo como as lutas de D. Pedro (o de Inês de Castro) contra Afonso IV. Ou foram lutas de fronteira com intromissão de castelhanos, ou em tôrno de alguns poucos castelos fortes.

Temos a impressão que eram lutas de sobressalto dos barões que procuravam, na intriga e na desordem, recuperar a força e o prestígio que a contenção da Reconquista lhes tirara em benefício da Corôa que, a expensas suas, dilatava o poder real. Êsses infantes rebeldes eram instrumentos de uma baronagem inquieta pelo próprio destino.

3. — As lutas contra Castela.

Essas lutas, conquanto mais sérias pelas possíveis consequências, também não respondem pela contenção militar. Êsses conflitos endêmicos, que poucas vêzes se travaram em solo português, tomavam por pretexto o não cumprimento de tratados, ou giravam em torno a casamentos ou devolução de castelos, nunca teve grandes proporções, a não ser apenas aquêlê de 1296.

D. Denis enfrentou Castela enfraquecida pelas intrigas de família em períodos de regências de reis menores: em 1296 e em 1298, na minoridade de Fernando IV, que seria seu genro depois das pazes, sendo que em 1298 quando chegou perto de Valladolid realizou quase que uma simples excursão, sem maiores riscos, contra uma Regente apavorada e atacada pelos próprios vassallos rebeldes.

Além do mais, com a morte precoce de Fernando IV de Castela, o novo rei, seu neto Afonso XI, é uma criança de tenra idade sob a regência da avó, o que não representava perigo algum. As ambições dos infantes castelhanos e de alguns grandes barões a se insurgirem por tôda a parte, nos períodos regenciais, enfraqueceram demais Castela para que pudesse ser um real perigo para Portugal.

Êsses fatos explicam porque D. Denis pôde consolidar a aquisição do Algarve e alargar a fronteira portuguêsã pelo Tratado de Alcanizes e ainda auxiliar Castela na sua luta contra os mouros ao Sul, enviando tropas em 1309 e financiando a campanha pelo empréstimo que concedeu aos castelhanos posteriormente.

E não é tudo. Castela sofria não só a pressão dos mouros de Granada, como também era convulsionada pela rebelião da nobreza agitada e as ambições cada vez maiores dos aragoneses, como aconteceu em 1296.

V. — A CONTENÇÃO DA RECONQUISTA FOI MAIS APARENTE DO QUE REAL.

Acreditamos, pois, que a contenção da Reconquista foi mais aparente do que real, porque a maioria dos autores se situa apenas no campo militar, abandonando os outros aspectos que nos parecem muito mais importantes.

Pensamos que a questão deveria ser encarada, não do ângulo militar, mas destes três pontos de vista:

- a) a reconquista econômica do território;
- b) a definição e equipamento da defesa do território;
- c) preparação para a Reconquista na África.

Esses três aspectos somados configuram uma nova conjuntura e com a projeção marítima que implica, abriu novos campos para a futura expansão portuguesa.

Consolidada a Reconquista peninsular e preparando a Reconquista na África, D. Denis possibilitou, por um desvio posterior de objetivos (ocorrido com o Infante D. Henrique), a conquista do Atlântico. A contenção da Reconquista é mais aparente do que real porque o que se detém momentaneamente é a empresa militar ofensiva, substituída pela tarefa da reconquista econômica, pelo equipamento defensivo e pela preparação naval, para o salto sobre a África: a continuação natural, geográfica, da Reconquista peninsular.

1. — A reconquista econômica.

O território recuperado, sobretudo no Algarve, precisava ser efetivamente ocupado e valorizado pelos cristãos, para prevenir uma nova ofensiva dos mouros. Daí a política de povoamento de D. Denis, a política de fomento da agricultura povoadora, a política da “desamortização” das terras que o levou a entrar em choque com o alto clero feudalizado, a redução dos coutos e honras em prejuízo dos barões. Aliás, temos nessa época a aplicação de uma velha lei que vinha da época de D. Afonso II e as famosas Inquirições.

Mas, onde se fêz sentir mais a reconquista econômica empreendida por D. Denis, foi na política por êle levada a efeito de fundar um grande número de núcleos urbanos ou em repovoar muitas localidades que se achavam abandonadas, como por exemplo: Pinhel, Mirandela, Freixo-de-Espada-à-Cinta, Vi-

la Nova da Cerveira. E' El-rei fundador de Vila Real, Muge, Atalaia, Montargil, Asseiceira, etc.

D. Denis preocupou-se muito com o problema do transporte terrestre, procurando acabar com o banditismo que obstruia as comunicações entre as diversas cidades. Também preocupou-se com o transporte marítimo e fomentou a pesca e o comércio, como já dissemos.

2. — A definição do território e o equipamento de defesa.

A definição do território completa-se com a aquisição de Moura, Serpa, Noudar, Mourão e, pelo Tratado de Alcanizes, da Comarca de Riba-Coa, chegando-se aos atuais contornos geográficos de Portugal.

A defesa do território contra a invasão dos mouros e castelhanos completa-se com a construção, ou reconstrução, por toda a raia lindeira, de muralhas de cidades e de um verdadeiro rosário de castelos fortificados.

Em Rui de Pina temos extensa relação dos castelos postos em condições de defesa:

a) **Riba de Odiana:** Serpa, Moura, Olivença, Campo Maior, Ouguela;

b) **Entre Tejo-Odiana:** Monforte, Arronches, Portalegre, Marvão, Alegrete, Castelo-de-Vide, Borba, Vila-Viçosa, Arraiolos, Évora-Montes, Vieiros, Alandroal, Monsaraz, Noudar; reforma o castelo de Juromenha e o de Beja, fêz os de Redondo e Assumar;

c) **Beira e Riba-de-Coa:** Avô, Sabugal, Alfaiates, Castel-Rodrigo, Vila-Maior, Castelo-Bom, Almeida, Castel-Maior, Castel-Mundo, S. Felizes de Galegos.

d) **Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes:** emuralhou Guimarães, Braga, Miranda-do-Douro, Monção, Castro Laboreira... e uma porção de outros castelos em cidades que fundou ou repovoou.

D. Denis também providenciou a reforma da vida militar que era indisciplinada, atraindo elementos dos Conselhos. Além disso, procurou regenerar as Ordens Militares que dotou com terras a serem repovoadas no Sul. Separou a Ordem Militar de Santiago da dependência de Castela (pois tivera ela uma atitude duvidosa no reinado de seu pai, no Algarve). Impediu a destruição da Ordem dos Templários, transformando-a na Ordem de Cristo, com sede no castelo de Castro-Marium, no Algarve, na fronteira dos mouros, como já dissemos.

Há também o equipamento da frota de guerra para a vigilância do litoral e do Estreito. Essa frota vai desempenhar importante papel no reinado seguinte, na luta de Afonso IV contra os mouros d'África e da Península. Será ela o embrião das futuras frotas dos Descobrimentos Marítimos.

3. — Preparação para a Reconquista na África.

Bloqueado por Castela na Península, Portugal para continuar a Reconquista, teria que transpor o mar e atacar em África. D. Denis não o pôde fazer, mas parece ter entrevisto essa possibilidade. Dissemos que pensou na África porque equipou uma frota, plantou os pinheirais de Leiria, construiu navios (de que há reminiscências nas cantigas de origem popular), atraiu marinheiros italianos, os mais especializados da época.

D. Denis procurou colaborar militar e financeiramente com os castelhanos para prevenir novos desembarques da moirama. Valorizou também os portos de Lisboa e o de Silves, êste depois de reconquistado. E, sobretudo, sempre manteve boas relações com Roma, que não somente tinha grande influência diplomática, como podia muito bem decretar uma cruzada contra o Islão no Ocidente.

* *
*

CONCLUSÕES.

Cremos, enfim, que com o estudo da Reconquista, pode-se abordar praticamente, em tôrno dela, todo o reinado de D. Denis, porque ela sempre estava no espírito de todos.

Terminando, propomos um problema: por que será que a Reconquista não reponta nas **Cantigas** do próprio rei e está ausente dos cancioneiros? Influência provençal, onde o problema não existia? Isso, entretanto, constitui um outro assunto, que foge ao tema da nossa palestra.

E. SIMÕES DE PAULA

Professor da Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.